

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA – PCPR 2014 INFORMAÇÕES ADICIONAIS

1.4. FINANCIAMENTOS COM RECURSOS EXTERNOS

Empréstimos e Doações Junto a Organismos Multilaterais e Bilaterais de Crédito

Os principais agentes internacionais de fomento com os quais o Brasil executou projetos no ano de 2014 foram:

- BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
- BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- Consórcio de Bancos
- Grupo Societé Generale (Banco Francês)
- Credit Suisse
- CAF - Corporação Andina de Fomento
- AFD – Agência Francesa de Desenvolvimento
- JICA - Japan International Cooperation Agency (agência japonesa)
- BEI – Banco Europeu de Investimento
- BBVA – Banco Bilbao Vizcaya Argentaria. S.A.
- BAML – Bank of America Merrill Lynch
- JBIC - Japan Bank For International Cooperation (banco japonês)
- BNP Paribas (Banco Francês)
- KfW - Kreditanstalt für Wiederaufbau (Banco Alemão)
- GEF - Global Environment Facility
- FONPLATA - Fundo para o Desenvolvimento da Bacia do Prata
- MLW - MLW intermed – Negociação e consultoria de produtos e equipamentos na Saúde e Educação
- FIDA - Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura
- Comunidade Europeia
- WWF - Fundo Mundial para a Natureza
- CITIES ALLIANCE

Projetos em execução

Estiveram em execução no ano de 2014, nos âmbitos federal, estadual e municipal 261 projetos co-financiados por Organismos Multilaterais e Bilaterais de Crédito, assim distribuídos:

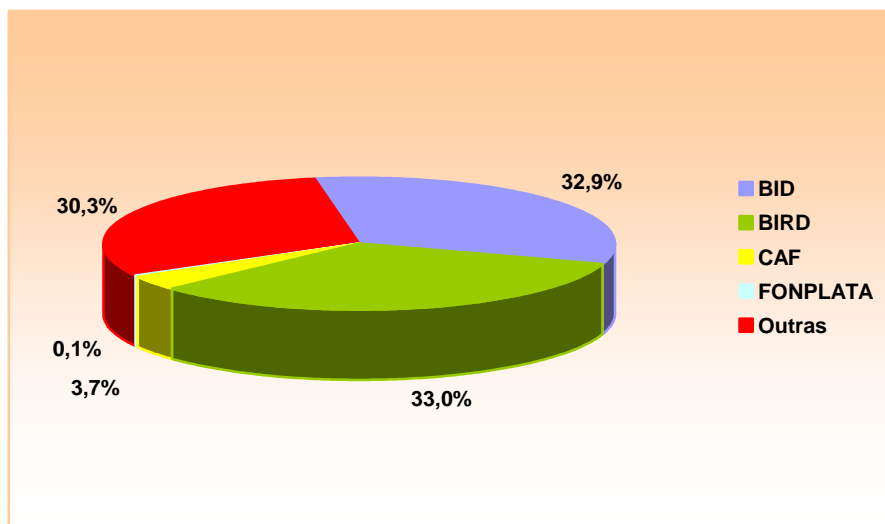
PROJETOS EM EXECUÇÃO NO ANO DE 2014 - POR ORGANISMO

Organismo	Participação em Número de Projetos	Participação no Volume de Recursos
BIRD	24,90%	32,96%
BID	46,36%	32,87%
CAF	5,75%	3,73%
FONPLATA	1,15%	0,13%
Outras	21,84%	30,31%
TOTAL	100,00%	100,00%

Fonte: Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN/MP)

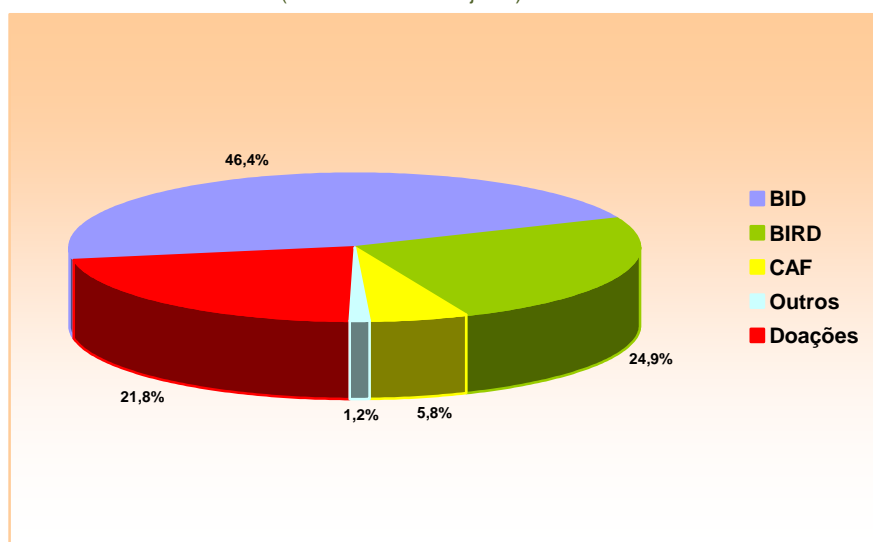
Essa carteira de projetos em execução no exercício de 2014 contabiliza um volume de recursos dos Organismos de US\$ 40.723.967.658,66, que, somados a US\$ 39.557.752.267,01 de contrapartida, totalizam US\$ 80.281.719.925,67.

CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS POR ORGANISMO INTERNACIONAL – 2014
(Em Volume de Recursos – US\$)



Fonte: SEAIN/MP

CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS POR ORGANISMO INTERNACIONAL – 2014
(Em Número de Projetos)



Fonte: SEAIN/MP

Discriminando-se o total de projetos co-financiados por Organismos Multilaterais e Bilaterais de Crédito por ente federativo, são evidenciadas as seguintes participações relativas:

PROJETOS EM EXECUÇÃO NO ANO DE 2014 - POR ENTE FEDERATIVO

Ente Federativo	Participação em Número de Projetos	Participação no Volume de Recursos
Federal	18,77%	29,11%
Estadual	63,22%	65,87%
Municipal	18,01%	5,01%
TOTAL	100%	100%

Fonte: SEAIN/MP

Considerando-se a carteira ativa de projetos da Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN/MP) em todas as fases do ciclo de vida dos projetos, além dos 261 projetos em execução, existem 99 em preparação, 8 em negociação de contrato, 32 aguardando assinatura do contrato e 36 projetos em análise pela COFIEIX, totalizando 436 projetos.

Acordos de Cooperação Técnica Multilateral

De acordo com os dados da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores, a carteira de projetos de Cooperação Técnica Recebida Multilateral contabilizava, no final de 2014, 189 projetos em execução.

COOPERAÇÃO MULTILATERAL – PROJETOS POR ORGANISMO COOPERANTE (2014)

Organismo Internacional	Nº de	Percentual
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	63	33,33%
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura	52	27,51%
IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura	18	9,52%
OEI - Organização dos Est. Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura	12	6,35%
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação	9	4,76%
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	6	3,17%
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – Pnuma	4	2,12%
FNUAP - Fundo de População das Nações Unidas	4	2,12%
UNODC - Nações Unidas Escritório Contra Drogas E Crime Unodc	4	2,12%
UNIÃO EUROPEIA	3	1,59%
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe	2	1,06%
ITTO - International Tropical Timber Organization	2	1,06%
OTCA - Organização do Tratado de Coop. Amazônica – Otca	1	0,53%
OEA - Organização dos Estados Americanos – OEA	1	0,53%
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância	1	0,53%
OMM - Organização Meteorológica Mundial	1	0,53%
OMPI - Organização Mundial de Propriedade Intelectual	1	0,53%
UN - Habitat - Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos	1	0,53%
UIT – União Internacional de Telecomunicações	1	0,53%
ONU Mulheres	1	0,53%
OIT – Organização Internacional do Trabalho	1	0,53%
UNOPS – Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos	1	0,53%
Total	189	100,00%

Fonte: ABC (MRE)

A cooperação técnica multilateral é aquela desenvolvida entre o Brasil e organismos internacionais com mandato para atuar em programas e projetos de desenvolvimento social, econômico e ambiental. O objetivo desse relacionamento é o de gerar ou transferir conhecimentos, técnicas e experiências que contribuam para o desenvolvimento de capacidades nacionais em temas elencados como prioritários pelo Governo Brasileiro e sociedade civil.

CARTEIRA DE PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL POR SETOR – 2014

Setor de Atuação	Nº de Projetos	Percentual
Administração Pública	22	11,64%
Agricultura	10	5,29%
Cidades	6	3,17%
Ciência e Tecnologia	8	4,23%
Comunicações	5	2,65%
Cultura	6	3,17%
Desenvolvimento Social	28	14,81%
Educação	22	11,64%
Esporte	2	1,06%
Indústria e Comércio	4	2,12%
Justiça	8	4,23%
Meio Ambiente	41	21,69%
Minas e Energia	4	2,12%
Pesca	3	1,59%
Planejamento	4	2,12%
Saúde	9	4,76%
Segurança Pública	4	2,12%
Trabalho e Emprego	1	0,53%
Transportes	2	1,06%
Total	189	100,00%

Fonte: ABC (MRE)

A cooperação técnica multilateral materializa-se por meio de treinamentos, seminários, reuniões, conferências, missões de curta duração, pré-projetos e projetos. Por meio dessas modalidades são prestadas consultorias, capacitação de recursos humanos, aquisição de bens e contratação de serviços. O caráter multilateral dessa vertente da cooperação internacional é enfatizado por força da aplicação dos princípios da neutralidade e universalidade que balizam a atuação dos organismos internacionais.

A execução dos projetos e demais atividades de cooperação multilateral envolve o aporte de insumos técnicos e financeiros mobilizados pelos organismos internacionais e pelas instituições nacionais, em diferentes proporções.

Uma terceira origem de recursos, na esfera multilateral, são os fundos internacionais canalizados por uma das partes envolvidas.

Distribuição em 2014:	
Tipo de Orçamento	Nº de Projetos ¹
Governo Estrangeiro - País Desenvolvido	3
Organismo Internacional - Próprio	29
Organismo Internacional - Terceiras Fontes	16
Setor Não Público	10
Setor Público Estadual - Orçamento Público	10
Setor Público Federal - Acordo de Empréstimo	5
Setor Público Federal - Orçamento Público	135
Setor Público Municipal - Orçamento Público	7

Fonte: ABC (MRE)

¹ (Obs.: um projeto pode ter mais de uma fonte orçamentária)

Operações de Crédito Externo Contratadas Diretamente Pela União Em 2014

A União contratou, durante o exercício de 2014, operações de crédito externo no valor de US\$ 32 milhões, firmadas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).

FINANCIAMENTO DE PROJETOS E AQUISIÇÃO DE BENS – 2014

Credor	Data de Assinatura	Projetos / Programas	Valor (US\$)
BID	28/03/2014	Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda (PMIMF)	19.800.000,00
FIDA	22/08/2014	Articulação e Diálogo sobre Políticas para Reduzir a Pobreza e Desigualdade no Nordeste Seminário – Projeto Dom Helder Câmara	12.248.183,83
Total			32.048.183,83

Fonte: Consulta às páginas do BID e do BIRD.

O quadro abaixo apresenta a evolução das contratações de operações de crédito externo (financiamentos e doações) firmadas pela União desde o ano 2006 até 2014.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO – 2006 A 2014 (US\$ milhões)

Operações de Crédito Externo	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Financiamento de Projetos	1.298,82	732,00	5,00	3.125,08	1.315,00	415,40	93,10	18,00	32,05
Doações	11,56	0,44	3,44	0,38	0,00	1,27	0,45	0,00	0,00
Total	1.310,38	732,44	8,44	3.125,46	1.315,00	416,67	93,55	18,00	32,05

Fonte: Relação de Contratos da PGFN em 31/12/2013 e consulta às páginas do BID e BIRD.

Concessão de Garantias da União em Operações de Crédito Externo

Em 2014 foram concedidas garantias externas no montante de US\$ 4.432,59 milhões, sendo esse valor totalmente destinado aos estados, municípios e entidades controladas.

CONCESSÃO DE GARANTIAS EXTERNAS – 2004 A 2014

TABELA 1.1 CONCESSÃO DE GARANTIAS EXTERNAS – 2004 A 2014							
							US\$ Milhões
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	2004 a 2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
GARANTIAS CONCEDIDAS	8.411,22	4.085,01	7.401,63	2.188,93	11.266,72	6.297,71	4.432,59
- GARANTIAS A ENTIDADES FEDERAIS	2.060,00	1.018,47	1.060,00	673,66	-	-	-
- GARANTIAS A ESTADOS, MUNICÍPIOS E ENTIDADES CONTROLADAS	6.351,22	3.066,54	6.341,63	1.515,27	11.266,72	6.297,71	4.432,59

Fonte: Relação de Contratos da PGFN /COF em 31.12.2014

Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito

Em 2014, a União não teve necessidade de assumir qualquer contrato de garantia prestada a outros entes e entidades da administração indireta. O comportamento dos últimos nove anos evidencia a ausência de inadimplência frente aos compromissos garantidos, que decorre da atual disciplina fiscal vigente no país, da análise prévia de capacidade de pagamento e da vinculação de contra garantias.

Projetos de Financiamento Externo Apresentados para Aprovação em 2014

No exercício de 2014 a Cofix recebeu um total de 41 cartas-consulta relativas a financiamentos e doações para análise, assim distribuídas por fonte de financiamento:

DISTRIBUIÇÃO DAS CARTAS-CONSULTA RECEBIDAS EM 2014 POR FONTE DE FINANCIAMENTO

Fonte Resumida	Número de Projetos	Volume de Recursos (US\$)
BID	12	1.523.106.455,00
BIRD	4	67.430.000,00
CAF	15	1.487.709.876,00
Outros	10	6.435.511.492,00
Total	41	9.513.757.823,00

Fonte: SEAIN/MP

Operações de Crédito Externo Recomendadas para Negociação em 2014

As operações de financiamento/doação referentes a projetos recomendados/aprovados pela Cofix para contratação, junto a organismos multilaterais, ao longo do exercício de 2014, encontram-se discriminadas no quadro abaixo.

RECOMENDAÇÃO COFIEX 2014 (Em US\$ 1,00)

Fonte Externa	Nº de Operações	Empréstimo
AB SEK	1	5.734.219.058,95
BB AG VIENA	1	200.000.000,00
BID	12	1.014.662.340,72
BIRD	7	1.200.000.000,00
CAF	11	866.884.951,00
CDB	1	99.450.000,00
Citibank	1	729.767.145,67
Ex-Im BANK - EUA	1	105.000.000,00
FONPLATA	1	40.000.000,00
KfW	2	121.002.347,46
MLW	1	76.561.968,85
Total	39	10.187.547.812,65-

Fonte: SEAIN/MP

O quadro a seguir discrimina as operações de financiamento/doação aprovadas pela Cofix por ente federativo de 2014.

RECOMENDAÇÃO COFIEIX 2014 - PROJETOS FEDERAIS/ESTADUAIS/MUNICIPAIS (Em US\$ 1,00)

Esfera	Nº Operações	Empréstimo
Estadual	15	2.389.679.114,52
Federal	2	5.825.221.406,41
Municipal	22	1.972.647.291,72
Total Geral	39	10.187.547.812,65

Fonte: SEAIN (MP)

Fluxo Financeiro Decorrente de Financiamentos Externos

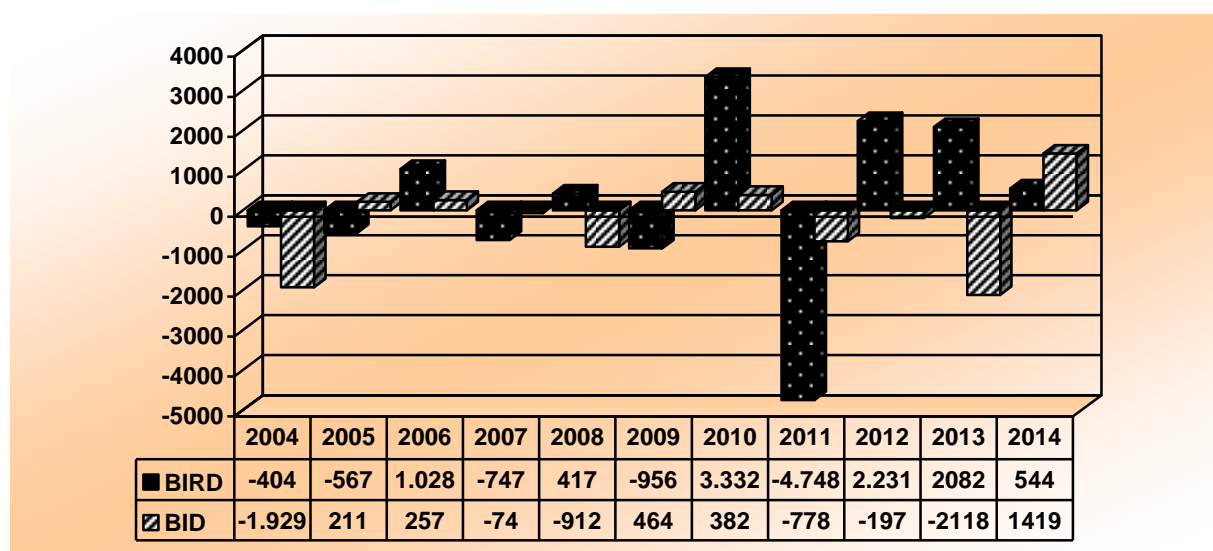
Em 2014, foram desembolsados em favor do Brasil recursos da ordem de US\$ 3.514 milhões nos projetos do Banco Mundial e do Banco Interamericano.

BANCO MUNDIAL E BID (EM US\$ milhões)

Ano	Fluxo Financeiro – Ano Calendário				Aprovações e Contratações	
	Desembolso (A)	Amortização (B)	Juros e Comissões (C)	Transf. Líquida [A-(B+C)]	Aprovação	Contratação
2000	4.542	1.205	1.271	2.065	2.037,7	2.166,9
2001	2.662	1.156	1.372	134	3.507,2	2.223,7
2002	3.585	2.166	1.170	250	2.109,0	3.901,4
2003	2.383	3.665	1.126	(2.408)	1.399,4	1.305,1
2004	1.928	3.423	839	(2.333)	3.155,0	1.699,8
2005	2.203	1.760	799	(356)	1.844,8	2.895,6
2006	3.744	1.505	954	1.286	1.721,1	1.976,1
2007	1.956	1.634	1.142	(821)	1.847,0	2.811,6
2008	2.299	1.708	1.087	(496)	5.491,7	3.432,9
2009	3.209	2.816	885	(492)	5.408,3	3.988,4
2010	6.345	1.972	659	3.713	6.802,9	8.690,2
2011	2.715	7.620	621	(5.526)	2.913,7	2.074,7
2012	3.987	1.423	530	2.034	6.551,8	7.597,8
2013	4.152	3.655	533	(36)	5.867,0	5.591,2
2014	3.514	1.141	410	1.963	2.215,0	3.863,0

Fonte: SISPRO/SEAIN (MP)

FLUXO FINANCEIRO – BIRD / BID (em US\$ milhões)



Fonte: SISPRO/SEAIN (MP)

Agentes de Governo e Etapas de Aprovação de Acordos de Financiamento com Recursos Externos

As etapas de aprovação dos projetos identificam as responsabilidades das entidades e das pessoas envolvidas e os trabalhos que devem ser por elas realizados. As fases são:

- 1ª fase:** Identificação - Atividade desenvolvida pelas agências de fomento e pelo Tomador, visando delinear genericamente os objetivos e as ações de um projeto;
- 2ª fase:** Preparação - Elaboração do projeto para ser apresentado e avaliado pelas agências de fomento visando obtenção de financiamento;
- 3ª fase:** Avaliação Prévia - (Appraisal no BIRD e POD no BID): A agência de fomento avalia o projeto que foi preparado pelo futuro Tomador e produz o primeiro Documento do Projeto (Staff Appraisal Report ou POD);
- 4ª fase:** Negociação - Cria-se o vínculo jurídico entre as agências de fomento e o Tomador. São negociados os termos finais dos acordos e assinados os documentos contratuais necessários à formalização do empréstimo (acordo de Empréstimo, Garantias);
- 5ª fase:** Execução ou Implementação - O Tomador executa as atividades do projeto;
- 6ª fase:** Avaliação Posterior - Compreende o estudo dos resultados e dos efeitos do projeto.

Ao longo da realização das fases de um projeto e para a consecução das mesmas, deve ocorrer a tramitação documental das propostas de financiamento externo nas instâncias competentes, tal como descrito a seguir:

1. Executor Nacional apresenta Carta Consulta à SEAIN/MP;
2. Executor Nacional faz consulta e obtém a aprovação da Cofix;
3. Executor Nacional procede à identificação e preparação dos documentos do Projeto (pode contar com o apoio do Agente financiador);
4. Executor Nacional procede à avaliação prévia do projeto (pode contar com o apoio do Agente financiador);
5. Executor Nacional apresenta documentação para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para formalização do processo e manifestação da Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MP) e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI/MP), ambas do Ministério do Planejamento;
6. Executor Nacional e o Agente financiador promovem a negociação do texto final do projeto;
7. Distribuem Minutas Contratuais para todos os órgãos envolvidos (SPI/MP, Secretaria do Tesouro Nacional - STN/MF, SOF/MP, PGFN, Órgão Executor);
8. São demandados, pelo Executor Nacional, pareceres do Banco Central e STN, sobre a operação de crédito e o aval da União;
9. Documento é encaminhado à Diretoria do Banco para aprovação;
10. Executor Nacional encaminha documento final à STN e esta solicita a aprovação pelo Senado Federal (a quem compete privativamente, as autorizações de operações de crédito externo, de acordo com o inciso V do artigo 52 da Constituição Federal);
11. Senado aprova e devolve à STN para providências;
12. Congresso Nacional aprova a contemplação da operação de crédito externo no Orçamento Geral da União;
13. Executor Nacional e o Banco financiador assinam documento final;
14. Executor Nacional procede à publicação do extrato do contrato;
15. Executor Nacional começa a executar o projeto.

No âmbito dos projetos com recursos externos, os procedimentos relativos às licitações e aos processos de seleção de consultores concentram-se na fase de execução. Contudo, há atividades ligadas aos processos de seleção e contratação de fornecedores em cada uma das fases do ciclo do projeto (planejamento de aquisições, negociação de pacotes de licitação, negociações relativas aos valores-limite para cada modalidade, avaliação, auditoria, etc.).

Resultados Alcançados pelo Controle Interno

A Controladoria-Geral da União (CGU) é responsável pela realização de auditorias de avaliação de desempenho dos contratos/acordos com organismos internacionais de financiamento e projetos de cooperação técnica internacional firmados com os órgãos e entidades da administração pública federal.

Em relação às operações contratadas junto ao BID, BIRD e KfW, no caso de financiamentos externos, e PNUD, UNODC e OIMT, no caso de cooperação técnica internacional, tendo por base os Protocolos de Entendimentos ou Termos de Referência firmados junto a esses organismos, são conduzidas auditorias anuais sobre a execução dos projetos, observados os critérios de seleção acordados com os respectivos entes externos.

Nas operações firmadas junto aos demais organismos internacionais, a atuação da CGU é realizada de forma integrada aos procedimentos de auditoria de contas anuais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, tendo em vista os critérios de materialidade, relevância e criticidade de cada operação no conjunto da execução das ações de governo de cada pasta.

Em ambos os casos, busca-se a convergência dos procedimentos e a análise dos Projetos Externos na perspectiva de sua contribuição à execução e alcance dos objetivos das Ações e Programas de Governo aos quais estão vinculados.

Nos últimos sete anos, 635 projetos foram acompanhados, com a realização de 1.325 auditorias (tendo como escopo principalmente a execução dos projetos no exercício anterior ao que se referem os trabalhos), conforme destacado a seguir:

ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO NOS PROJETOS FEDERAIS DE RECURSOS EXTERNOS

ASSUNTO/ANO	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Nº de Projetos Federais Auditados	153	131	91	70	55	62	73
Nº de Auditorias Realizadas	301	264	184	142	135	169	130

Fonte: SISREX/CGU-PR

Conforme demonstrado no quadro acima, em 2014 foram acompanhados um total de 73 projetos, com a realização de 130 auditorias. Existe uma diferença entre o número de projetos que compõem a carteira e as auditorias efetivamente realizadas, uma vez que existem projetos que demandam a realização de auditorias descentralizadas, as quais, em sua maioria, são conduzidas junto a gestores públicos municipais/estaduais ou organizações não governamentais.

As auditorias realizadas em 2014 resultaram na proposição de recomendações aos gestores federais e executores descentralizados dos projetos, as quais tiveram como foco o aprimoramento dos controles internos, a melhoria dos processos de planejamento de aquisições e gerenciamento de contratos e a adoção de medidas estruturantes com vistas ao atingimento dos objetivos dos projetos.

Além das auditorias realizadas sobre a execução dos Projetos de Cooperação Técnica ou Financiamento Externo, a CGU também atuou em ações direcionadas ao apoio à gestão dos projetos, por meio das seguintes iniciativas, dentre outras:

- participação em Reuniões Tripartites de avaliação em junto aos Organismos Internacionais de Cooperação, Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) e Órgão/Entidade Executora do projeto;
- participação nas reuniões periódicas do Grupo Técnico da Comissão de Financiamento Externo (COFIEEX) da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, cuja finalidade é a avaliação e monitoramento de projetos de financiamento externo;
- participação em eventos e reuniões com gestores, organismos internacionais e órgãos de governo com vistas a esclarecer condutas relativas a temas de maior complexidade ou inovadores no âmbito da gestão e execução de projetos e, ainda, para construir boas práticas de gestão;
- capacitação de gestores, mediante a realização de treinamentos presenciais ou à distância;
- publicação eletrônica de perguntas e respostas sobre temas de grande relevância relacionados à gestão de projetos de Cooperação Técnica Internacional.